Panorama geopolítico: Dívida, Sanções e os Desafios para os Sistemas de Saúde

Panorama geopolítico: Deuda, sanciones y los desafíos para los sistemas de salud

Geopolitical Panorama: Debt, Sanctions, and the Challenges for Health Systems

Rafaela Venturella De Negri
e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe examina os entrelaçamentos estruturais entre dívida soberana, recuo do financiamento climático e o desmonte sistemático dos sistemas de saúde no Sul Global. No bloco Panorama, analisamos o abandono da meta de financiamento climático pelo Banco Mundial sob pressão dos EUA, a lacuna entre compromissos climáticos internacionais e o financiamento efetivo para adaptação da saúde, a crise humanitária na Venezuela pós-terremoto sob décadas de sanções estadunidenses que custaram centenas de bilhões em receitas petrolíferas perdidas, e o apelo da China pela revitalização da ONU em meio às crescentes tensões geopolíticas. No bloco Saúde, examinamos a destruição da infraestrutura de saúde em Gaza e no Líbano como tática genocida, o alvejamento sistemático de trabalhadores da saúde palestinos, o marco da saúde planetária para compreender o adoecimento em contextos de conflito, o impacto devastador do acordo farmacêutico entre EUA e Reino Unido sobre o NHS, e a ameaça global da desinformação à ciência e à segurança sanitária.

Palavras-chave: Financiamento Climático; Sanções Econômicas; Sistemas de Saúde; Dívida Soberana; Governança Multilateral.

Resumen: *Este informe examina los vínculos estructurales entre la deuda soberana, la reducción de la financiación climática y el desmantelamiento sistemático de los sistemas de salud en el Sur Global. En la sección «Panorama», analizamos el abandono del objetivo de financiamiento climático por parte del Banco Mundial bajo la presión de EE. UU., la brecha entre los compromisos climáticos internacionales y el financiamiento efectivo para la adaptación en el ámbito de la salud, la crisis humanitaria en Venezuela tras el terremoto, en un contexto de décadas de sanciones estadounidenses que han costado cientos de miles de millones en ingresos petroleros perdidos, y el llamado de China a revitalizar la ONU en medio de crecientes tensiones geopolíticas. En el bloque de Salud, examinamos la destrucción de la infraestructura de salud en Gaza y el Líbano como táctica genocida, los ataques sistemáticos contra trabajadores de la salud palestinos, el marco de la salud planetaria para comprender la enfermedad en contextos de conflicto, el impacto devastador del acuerdo farmacéutico entre EE. UU. y el Reino Unido sobre el NHS, y la amenaza global que representa la desinformación para la ciencia y la seguridad sanitaria.*

Palabras clave: *Financiamiento climático; sanciones económicas; sistemas de salud; deuda soberana; gobernanza multilateral.*

Abstract: *This report examines the structural entanglements between sovereign debt, climate financing retrenchment, and the systematic undermining of health systems in the Global South. In the Panorama section, we analyze the World Bank's abandonment of its climate financing target under US pressure, the gap between international climate commitments and actual funding for health adaptation, Venezuela's post-earthquake humanitarian crisis under decades of US sanctions that have cost hundreds of billions in lost oil revenue, and China's call for UN revitalization amid rising geopolitical tensions. In the Health section, we examine the destruction of healthcare infrastructure in Gaza and Lebanon as a genocidal tactic, the systematic targeting of Palestinian health workers, the planetary health framework for understanding conflict-related illness, the devastating impact of the US-UK pharmaceutical agreement on the NHS, and the global threat of misinformation to science and health security.*

Keywords: *Climate Finance; Economic Sanctions; Health Systems; Sovereign Debt; Multilateral Governance.*

Panorama Político-Econômico

Nesta seção, iniciamos com a análise dos impactos do Super El Niño e as movimentações do Grupo do Banco Mundial. Em seguida, abordamos o bloqueio dos Estados Unidos à Venezuela e seus efeitos na recuperação do país após os terremotos, examinando a política do desastre. Avançamos para a crise da dívida global e encerramos com as recentes declarações da República Popular da China sobre a necessidade de revitalização da ONU.

O *Super El Niño* segue como uma das principais preocupações globais. Num artigo da *Health Policy Watch,* vemos como Organização Meteorológica Mundial (*WMO*) intensificou a mobilização de informações e serviços de suporte para que os países possam se preparar para seus impactos, com alertas regulares sendo fornecidos em todo o sistema da ONU. A expectativa é que as condições se intensifiquem entre julho e setembro de 2026 — trazendo eventos climáticos extremos que irão desde chuvas extremas e ondas de calor a secas, afetando diferentes partes do mundo.

A secretária-geral da *WMO*, Celeste Saulo, destacou que a comunidade da *WMO* lançou uma mobilização sem precedentes para coordenar atividades entre agências da ONU e em nível regional (Europa), porém a crise climática exige mais do que declarações.

"As condições de El Niño já estão em curso e a previsão é que se intensifiquem rapidamente para um evento forte — como foi antecipado com precisão pelas previsões da OMM. Isso aumentará as chances de seca e chuvas intensas, bem como o risco de ondas de calor em terra e ondas de calor marinhas em muitas regiões do mundo", afirmou Celeste Saulo, Secretária-Geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Tanto a seca quanto as enchentes representam grandes ameaças à produção de alimentos em partes do mundo que já sofrem com insegurança alimentar, enquanto as chuvas fortes que causam enchentes geram deslocamentos e agravam surtos de doenças infecciosas e de veiculação hídrica, como a cólera. O calor extremo também exerce uma pressão crescente sobre a produção de alimentos, alertou Qu Dongyu, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)."

Trazendo uma outra publicação do *Health Policy Watch, "The Climate-Health Crisis Needs Money, Not More Declarations"*, vemos que as estimativas são alarmantes: o Banco Mundial projeta que as mudanças climáticas podem causar até 15,6 milhões de mortes adicionais entre 2026 e 2050 e gerar custos de saúde entre US$ 8,6 trilhões e US$ 15,4 trilhões até meados do século. Enquanto isso, a lacuna de financiamento para adaptação dos sistemas de saúde é colossal, com países de baixa renda gastando cerca de 300 vezes menos per capita em saúde do que nações ricas — decisão que muito tem a ver com a questão do pagamento da dívida externa. Durante a presidência francesa do G7, a Aliança para Ação Transformadora em Clima e Saúde (*ATACH*) — uma rede da OMS que reúne 106 países, realizou uma reunião de alto nível para avaliar os avanços e desafios da pauta de saúde na agenda climática. O movimento, que começou com poucos atores, cresceu rapidamente, mas esbarra numa dificuldade já muito mencionada neste informe: a questão do financiamento. A Aliança vê os resultados positivos e construtivos do histórico de conversas ao redor do clima — *COP, 4FfD* como importantes *building blocks* — mas destaca como nada poderá acontecer, factualmente, sem um financiamento adequado que chegue a todas as partes do mundo.

"A Agência Francesa de Desenvolvimento estima o custo da adaptação dos sistemas de saúde do mundo às mudanças climáticas em US$ 22 bilhões. A estimativa do órgão climático da ONU é mais alta, entre US$ 26,8 bilhões e US$ 29,4 bilhões por ano até 2050.

Na COP29, em Baku, as nações ricas concordaram em fornecer US$ 300 bilhões por ano até 2035, contra os US$ 1,3 trilhão que o mundo em desenvolvimento afirmou necessitar. A saúde recebe uma fração ínfima desse valor, captando aproximadamente 2% do financiamento para adaptação e 0,5% do financiamento climático multilateral — uma participação que não se altera desde Glasgow.

O colapso dos orçamentos de ajuda externa, liderado pelos Estados Unidos, apertou ainda mais o cerco. "O mundo parece um pouco mais mesquinho", disse Watts. "Estamos entrando em um período difícil. Vai durar alguns anos, e todo mundo sabe como isso se sente em seu próprio contexto nacional."

O único dinheiro novo anunciado na COP30 veio da filantropia, com um compromisso de US$ 300 milhões da Fundação Gates, da Wellcome e da Fundação Rockefeller. Nenhum valor adicional foi acrescentado desde então."Isso é uma gota no oceano", afirmou Arthy Hartwell, da Wellcome Trust, uma das principais integrantes da coalizão de financiadores."

Em meio a tudo isso, o grupo do Banco Mundial renunciou à meta que orientava o financiamento climático, se rendendo à pressão dos Estados Unidos, seu principal acionista, e abdicando de seu papel como referência no financiamento climático.

Em 29 de junho, o Grupo do Banco Mundial anunciou a prorrogação do Plano de Ação para Mudanças Climáticas 2021-2025, que venceria no dia seguinte, sem renovar a meta de 45% de financiamento climático. Com isso, renunciou a estabelecer uma meta quantificável em termos de compromisso econômico na luta contra as mudanças climáticas.

"Para tornar ainda mais evidente o equívoco dessa decisão estão os países que deveriam ter recebido esses recursos. Um relatório do Overseas Development Institute, publicado em 31 de março de 2026, entrevistou quase 650 funcionários de governos e bancos multilaterais em 125 países. A pergunta era simples: em quais fontes de energia vocês gostariam que os bancos de desenvolvimento investissem? A resposta é esmagadora. 79% indicaram a energia solar

fotovoltaica, 54% a hidrelétrica e 47% a eólica. Quanto aos combustíveis fósseis, os percentuais são decrescentes. Apenas 3% gostariam de investir em usinas a carvão, outros 3% em usinas a óleo e 13% em gás.

A mensagem é inequívoca: são os países de baixa e média renda que estão pedindo mais energias renováveis e mais financiamento climático subsidiado. E o momento não poderia ser pior. Na COP29, em Baku, em novembro de 2024, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar pelo menos US$ 300 bilhões por ano até 2035 para o financiamento climático, com uma meta mais ampla de US$ 1,3 trilhão que também envolve fundos privados e multilaterais. Metas já consideradas insuficientes por muitos países do Sul Global. Sem um Banco Mundial que mantenha o clima entre suas prioridades, esses números — e as expectativas que os acompanham — correm o risco de se tornarem simplesmente inalcançáveis."

Ainda dentro da pauta da falta (proposital) de financiamento, continuamos a acompanhar a destruição prolongada causada pelos terremotos que atingiram a Venezuela, com a tragédia expondo as fragilidades de um sistema de saúde já comprometido por anos de sanções — com um artigo muito interessante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra que análise não apenas as consequências das sanções, mas seu papel dentro do domínio imperialista da região.

Logo após os abalos, a administração trumpista anunciou a suspensão temporária por quatro meses das sanções econômicas, limitada a transações relacionadas a operações de socorro. A medida incluiu a criação de um fundo de US$ 150 milhões para organizações humanitárias internacionais. No entanto, a União Europeia manteve suas sanções, decidindo "ajudar a atenuar os efeitos dos terremotos sem flexibilizar o bloqueio" — fica a dúvida de como e se isso seria factualmente possível.

O histórico de sanções é longo e severo e os números o mostram bem: entre janeiro de 2017 (lembrando das sanções de Obama em 2015) e dezembro de 2024, a Venezuela perdeu receitas petrolíferas equivalentes a 213% do seu PIB, totalizando US$ 226 bilhões em prejuízos.

O impacto no sistema de saúde é perverso. Em 2021, a relatora especial da ONU, Alena Douhan, documentou que as sanções impediram a compra de reagentes sanguíneos para 2,5 milhões de pacientes em 2020, e cerca de 180 mil cirurgias não puderam ser realizadas por falta de antibióticos e anestésicos. Apenas 20% dos equipamentos hospitalares estavam operacionais. Hoje, a Federação Médica Venezuelana aponta que 90% dos hospitais estão desabastecidos ou abandonados.

"As sanções unilaterais dos Estados Unidos formam uma das ferramentas mais poderosas da política externa estadunidense. O domínio sobre os recursos que deveriam ir a outros países implica em consequências sociais graves.

"No primeiro ano das sanções de Trump, entre 2017 e 2018, houve um aumento de 40 mil mortes, muito provavelmente atribuível às sanções, porque a economia naquele momento estava melhorando e não havia outra razão para isso. E provavelmente centenas de milhares de pessoas morreram como resultado dessas sanções", aponta Mark Weisbrot.

Alguns números apontam a dimensão dos valores congelados, que estão em várias partes do mundo. "O Banco da Inglaterra tem cerca de US$ 4 bilhões em ouro que deveriam ser devolvidos à Venezuela. O FMI emite o que se chama de Direitos Especiais de Saque (SDRs), que podem ser convertidos em dinheiro. E a Venezuela tem cerca de US$ 5 bilhões nisso no Fundo

Monetário Internacional, e deveria ter acesso a esses recursos", pondera o economista. Segundo Weisbrot, não há razão para manter as sanções. "Elas são ilegais, evidentemente, e têm sido desde o começo, especialmente desde 2015, e mesmo antes disso. São completamente ilegais sob o direito internacional e sob tratados que assinamos, incluindo a Carta da Organização dos Estados Americanos", denuncia."

No boletim 27 (2026) do Instituto Tricontinental, os pesquisadores também comentam sobre a reconstrução da Venezuela em meio ao que eles chamam de guerra informativa — que oculta os efeitos das sanções, o congelamento de ativos e décadas de guerra econômica estadunidense, e converte o sofrimento humano em mais um pretexto para desacreditar o processo bolivariano. Para isso, eles desmontam cinco mitos formados a partir das campanhas de desinformação, como o de que o governo da Venezuela não respondeu de forma eficaz ao terremoto; o de que o governo venezuelano está bloqueando a ajuda humanitária; o de que as comunidades afetadas estão sendo desassistidas pelo governo venezuelano; o de que a preocupação dos Estados Unidos com a Venezuela pode ser separada de sua guerra híbrida; e, por fim, o de que o terremoto prova que o processo bolivariano fracassou.

"Os desastres naturais revelam mais do que o movimento das placas tectônicas: a força das sociedades, a resiliência das comunidades e as falhas políticas que determinam qual sofrimento é visto e qual é explorado. Poucas horas após os devastadores terremotos que sacudiram a Venezuela em 24 de junho de 2026, as redes sociais e alguns setores da imprensa internacional já estavam difundindo narrativas familiares. Antes mesmo que as operações de resgate pudessem começar de fato, o desastre já havia se transformado em mais um campo de batalha na longa campanha liderada pelos Estados Unidos para minar o processo bolivariano posto em marcha pela eleição de Hugo Chávez em 1998.

Nada disso deve diminuir a imensa tragédia que o povo venezuelano enfrenta. Bairros inteiros foram devastados. Centenas de edifícios desabaram. Hospitais, estradas, pontes e outras infraestruturas públicas estão em ruínas. Famílias seguem buscando seus entes queridos enquanto as equipes de resgate lutam contra a chuva, as réplicas e as dificuldades de acesso pelas estradas. Mas a solidariedade exige mais do que compaixão, exige verdade. Por isso, o alerta vermelho nº 22, "A verdade entre os escombros", examina alguns dos mitos mais comuns que circulam sobre o terremoto e os compara com as evidências disponíveis."

Da sanções genocidas à crise da dívida, Clara Mattei conversa com Lena Lavinas sobre a situação da dívida pública global, que quadruplicou em quinze anos para mais de 32 trilhões de dólares, com o Sul Global agora pagando mais para servir sua dívida do que de fato recebe em novos financiamentos. E o que nos mostra Lena Lavinas é que as dívidas pública e privada estão profundamente entrelaçadas, ao analisar como programas de combate à pobreza e de "inclusão financeira" arrastam bilhões de pessoas para um endividamento permanente que financia os lucros dos bancos — porque não buscam transformar a estrutura da dívida. A conversa tem 1h e 15 minutos de duração e está disponível — com legendas do *Youtube* no canal do *FREE – Forum for Real Economic Emancipation.* A conversa aborda a financeirização da política social, a austeridade, a privatização de serviços públicos, os programas de renegociação de dívida (como o Desenrola), o sistema de pagamentos instantâneos PIX e dinâmicas semelhantes na África do Sul, Índia, Argentina e Chile. Lavinas e Mattei examinam como o Estado desonera o risco financeiro, como as mulheres carregam uma parcela desproporcional da dívida familiar, como clima e natureza se tornam novas classes de ativos para gigantes como BlackRock e Vanguard, e como seria um modelo alternativo baseado em investimento público e regulação financeira.

Em meio às crescentes tensões trabalhadas acima, trazemos também o pedido do chanceler chinês Wang Yi que fez um apelo contundente pela revitalização das Nações Unidas. Em reunião de alto nível do Conselho de Segurança convocada por iniciativa da China, em 26 de maio de 2026, Wang afirmou que a erosão perigosa do respeito ao direito internacional entre nações poderosas e o aprofundamento das divisões geopolíticas paralisaram o Conselho de Segurança. O que mais nos chamou a atenção foi o fato do apelo não desacreditar a organização, mas realmente pedir pela sua revitalização de forma a espelhar os desafios e contornos internacionais da atualidade.

"Apesar dos fracassos recentes, Wang enfatizou que a ONU continua sendo o "organismo com mais autoridade e legítimo no sistema de segurança multilateral" e uma pedra angular da ordem internacional baseada em regras. Ele pediu reformas oportunas para tornar a organização relevante e eficaz.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, endossou a análise, observando que, em um momento de aumento sem precedentes de conflitos geopolíticos, o respeito ao direito internacional erodiu perigosamente, frequentemente "paralisando" o Conselho de Segurança. Wang afirmou que a causa raiz do caos atual não é que o espírito da ONU esteja ultrapassado, mas que a ordem internacional e as normas básicas que regem as relações internacionais, estabelecidas na Carta, não estão sendo defendidas pelas nações poderosas.

O apelo chinês reflete a ansiedade global sobre a eficácia do multilateralismo e a necessidade de reformas urgentes para que a ONU possa cumprir seu papel de garantir a paz e a justiça internacional."

Saúde

Nesta seção, abordamos os fatos recentes relacionados ao genocídio na Palestina e à invasão de Israel ao Líbano, trazendo também uma publicação da The Lancet sobre saúde planetária em zonas de conflito. Na parte sistêmica, analisamos os possíveis efeitos de um acordo farmacêutico entre Estados Unidos e Reino Unido e a relação entre desinformação e saúde.

A avaliação final da ONU sobre danos e necessidades em Gaza, publicada em parceria com a UE e o Banco Mundial, conclui que o desenvolvimento humano no território foi retrocedido em 77 anos desde outubro de 2023. E em nenhuma área esse retrocesso é mais catastrófico do que na saúde. O levantamento identificou US$ 10 bilhões em necessidades de recuperação e reconstrução do sistema de saúde, além da perda de aproximadamente 14% da força de trabalho da saúde em Gaza.

É essencial entender que o sistema de saúde já era frágil muito antes de outubro de 2023, deteriorado por anos de bloqueio ilegal e repetidas agressões militares de Israel. O que vimos a partir do final de 2023 foi apenas uma intensificação calculada da campanha militar israelense, que passou a sistematicamente destruir ainda mais fortemente a infraestrutura de saúde — prática condizente com genocídio. Pelo menos 1.700 trabalhadores da saúde palestinos foram mortos até 7 de outubro de 2025, e todos os hospitais foram danificados, atacados ou tornados não funcionais.

Uma Comissão de Inquérito da ONU constatou que os serviços médicos foram repetidamente alvejados em clara violação do direito internacional humanitário, concluindo que

a destruição sistemática da saúde reprodutiva e a negação de acesso a tais serviços constituem atos genocidas e crime contra a humanidade de extermínio.

Nove meses após o anúncio de um cessar-fogo em outubro de 2025, as condições dos pacientes não melhoraram significativamente. As restrições contínuas de Israel ao acesso humanitário impedem a entrada de medicamentos essenciais, equipamentos, combustível e pessoal na escala necessária para sustentar a vida. Até abril de 2026, cerca de metade de todos os medicamentos essenciais em Gaza estavam indisponíveis, e os hospitais enfrentam cortes de energia e oferta de serviços severamente limitada.

A plataforma *BreakThrough News* documenta o alvejamento específico contra o corpo de trabalhadores da saúde em meio ao genocídio — grupo especialmente atacado, como já explorado em informes anteriores que analisaram as práticas de *medicide*.

Israel realiza assassinatos seletivos e prisões contra trabalhadores da saúde palestinos, enquanto demole e fecha unidades de saúde tanto em Gaza quanto na Cisjordânia ocupada, como parte de sua política de limpeza étnica.

"Nos últimos três anos, Israel intensificou sua repressão ao setor de saúde palestino, utilizando-o tanto como política de limpeza étnica colonial-assentamentista quanto como tática genocida.

Pelo menos 1.722 trabalhadores da saúde foram mortos pelas Forças de Ocupação Israelienses (FOI) em Gaza desde que Israel iniciou sua agressão genocida contra o enclave sitiado em 7 de outubro de 2023. Segundo especialistas da ONU, isso equivale a uma média de mais de duas pessoas mortas por dia.

Em muitos casos, Israel alvejou equipes de resgate em suas ambulâncias claramente identificadas enquanto tentavam alcançar vítimas. O massacre de Hind Rajab representa um dos inúmeros crimes, no qual os socorristas se tornaram vítimas apenas por tentarem salvar a vida de outras vítimas.

Prisões arbitrárias de trabalhadores da saúde e paramédicos, submetendo-os a detenção administrativa e condições desumanas sem acusação formal, estão entre as atrocidades cometidas por Israel contra o setor de saúde palestino. O caso do Dr. Hussam Abu Safiya, pediatra de Gaza preso pelas forças israelenses em dezembro de 2024 durante o cerco ao Hospital Kamal Adwan, pode ser o mais chocante, mas não é o único desse tipo entre os incidentes de detenção.

Mais de 1.800 instalações de saúde foram parcial ou completamente destruídas no mesmo período, de acordo com o mais recente relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU. A representante da OMS nos Territórios Palestinos Ocupados, Dra. Reinhilde Van de Weerdt, esclareceu que a destruição afetou não apenas grandes hospitais, mas também centros menores de atenção primária à saúde, clínicas, farmácias e laboratórios.

Especialistas da ONU argumentam que o ataque sistemático de Israel ao setor de saúde palestino equivale a "medicídio". O termo designa o crime de guerra de alvejar intencionalmente trabalhadores da saúde e instalações médicas."

O mesmo padrão está sendo seguido no Líbano, no que a Jacobin intitulou de "gazificação" do país. Da deslocação em massa ao ataque indiscriminado contra civis, a ofensiva de Israel no sul do Líbano apresenta as mesmas características da destruição de Gaza — e com

a mesma cumplicidade internacional. Novamente vemos a destruição em larga escala da infraestrutura civil; O deslocamento em massa da população; Múltiplas operações militares contínuas em áreas povoadas e o uso indiscriminado de fósforo branco.

"As Nações Unidas alertaram que os ataques de Israel no Líbano podem já constituir graves violações do direito internacional humanitário. No entanto, até o momento, não houve nenhum esforço internacional sério para deter essa onda de destruição — assim como não houve nenhuma tentativa coordenada significativa para impedir o genocídio em Gaza. O governo do Reino Unido, em particular, não fez nada para acabar com o delírio de Israel de que pode agir impunemente."

Enquanto isso, o Reino Unido coloca suas forças no controle das denúncias de genocídio, escolhendo ativamente condenar ativistas e o próprio ativismo pró-Palestino como "terrorismo". Quatro ativistas da Palestine Action enfrentam condenação como terroristas por danos à propriedade, sob uma lei britânica que permite que juízes adicionem uma "conexão com terrorismo" baseada unicamente em danos materiais.

Em meio a múltiplos conflitos ao redor do mundo, a *The Lancet* publicou em maio de 2026 o artigo *"From systems to symptoms: planetary health in conflict settings"*, que expõe como os efeitos de conflitos e perturbações ambientais raramente são reconhecidos como tais na prática clínica, pois se manifestam de múltiplas formas em vez de uma única patologia discreta. O artigo cita exemplos, como um paciente com hipercalemia após diálise perdida é tratado como emergência médica, e não como consequência de infraestrutura interrompida; Ou como uma cetoacidose diabética é tratada como falha de acesso ou adesão, em vez de ruptura nas cadeias de abastecimento; E como a insolação é abordada como exposição ambiental, sem considerar as condições estruturais (deslocamento, superlotação e insegurança energética) que amplificam o risco em cenários de conflito.

"Essa fragmentação obscurece os fatores determinantes do adoecimento. A convergência entre conflito, mudança ambiental e desintegração do sistema de saúde é retratada por encontros individuais, limitando a capacidade de clínicos e sistemas de saúde compreenderem e responderem ao risco. O cuidado é frequentemente direcionado às manifestações finais, e não às condições que as produzem.

O marco da saúde planetária oferece um caminho para enfrentar essa desconexão. Ao enfatizar a interdependência dos sistemas ambiental, infraestrutural e social, essa estrutura permite vincular a ruptura estrutural à apresentação clínica"

Falando em efeitos de condições estruturais, o *The Guardian* publicou uma análise sobre os efeitos do acordo comercial entre Estados Unidos e Reino Unido, firmado em dezembro de 2025. O acordo exigirá que o *NHS* desvie £45 bilhões de serviços essenciais para pagar por novos medicamentos, resultando em mais de 229 mil mortes evitáveis de pacientes na Inglaterra. Ministros britânicos defenderam o acordo como forma de evitar tarifas sobre exportações de medicamentos britânicos para os EUA e dar acesso a medicamentos que prolongam a vida. No entanto, foram acusados de ceder às exigências dos EUA para gastar bilhões de libras adicionais por ano com medicamentos fornecidos ao NHS, sob pressão de Donald Trump. O impacto potencialmente devastador sobre a assistência do NHS tem causado alarme crescente entre especialistas em saúde.

"Se o efeito indireto sobre os cuidados sociais para adultos também fosse incluído, as mortes excessivas aumentariam para 291 mil, segundo o relatório das universidades de York, Liverpool e do hospital Christchurch, na Nova Zelândia. A maioria das mortes evitáveis ocorreria entre pessoas com doenças cardíacas, respiratórias, gastrointestinais ou câncer.

Quando o acordo foi firmado em dezembro passado, ministros britânicos saudaram o negócio como um "marco" para "garantir o acesso a medicamentos e impulsionar investimentos vitais para pacientes e empresas do Reino Unido". O Reino Unido concordou em pagar 25% a mais por novos medicamentos na próxima década. O acordo também fará com que o serviço de saúde da Inglaterra, que atualmente gasta £ 14,4 bilhões por ano em terapias inovadoras, dobre o percentual do PIB destinado à compra desses produtos, passando de 0,3% para 0,6% ao longo da próxima década. Ministros e dirigentes da indústria farmacêutica afirmaram que o acordo é uma boa notícia porque permitirá que medicamentos fabricados no Reino Unido vendidos aos EUA evitem tarifas de até 100% que Trump ameaçou impor sobre alguns medicamentos importados pelos Estados Unidos. Mas parlamentares e grupos de ativistas manifestaram ceticismo. O acordo levará o NHS a cortar serviços "para apaziguar Donald Trump e a demanda da grande indústria farmacêutica por preços mais altos de medicamentos", alertou anteriormente o grupo de ativistas britânico Global Justice Now."

Encerrando o informe, trazemos a publicação da *The Lancet Commission "Rethinking misinformation, health, and human security".*

"A ONU e o Fórum Econômico Mundial identificaram a desinformação e a misinformation como um dos principais riscos globais, classificando-as como ameaças de curto prazo superiores a eventos climáticos extremos, conflitos armados entre Estados e insegurança cibernética. Embora muitas pessoas possam associar esse fenômeno à crise da COVID-19, a pandemia apenas exacerbou uma tendência crescente que já existia antes e evoluiu desde então. A propagação já descontrolada de desinformação por meio das redes sociais, combinada com a inteligência artificial em rápida transformação, capaz de criar imitações convincentes de pessoas e eventos reais, complica ainda mais o cenário de alto risco da desinformação, com implicações profundas para os resultados de saúde e um impacto prolongado sobre a confiança na ciência."